



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681353 - SC (2021/0226922-8)

RELATOR : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**

IMPETRANTE : JEAN FRANCIESCO CARDOSO GUIRALDELLI

ADVOGADO : JEAN FRANCIESCO CARDOSO GUIRALDELLI - SC034557

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PACIENTE : FABIANO DE NAZARE GENEROSO (PRESO)

CORRÉU : EDGAR BARRETO MEDEIROS (PRESO)

CORRÉU : PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

CORRÉU : ADILSON RODRIGUES

CORRÉU : CLAITON MARQUES PACHECO

CORRÉU : MARCELO FLORIANO

CORRÉU : RUBENS RIBEIRO

CORRÉU : GABRIEL HENRIQUE VIEIRA

CORRÉU : VICTOR BRAZ SOUSA

CORRÉU : DIEGO SILVA BOTELHO

CORRÉU : MARCOS VIEIRA FRANCISCO

CORRÉU : RUY MORAES VIEIRA

CORRÉU : VANESSA PIRES PEREIRA

CORRÉU : ROGERIO RONALDO MEDEIROS

CORRÉU : RODRIGO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO PEREIRA

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIANO DE NAZARE GENEROSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC 5025430-88.2021.8.24.0000/SC)

O paciente afirma que foi decretada a sua prisão preventiva em razão da prática, em tese, dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo e lavagem de dinheiro.

Posteriormente, no entanto, em 18 de maio, o Ministério Público ofertou denúncia, imputando ao paciente apenas o cometimento de crimes comuns - associação para o tráfico e lavagem de capitais.

Assevera que a sua imputação decorreu de venda de imóveis para as pessoas envolvidas nos fatos, que vieram a ser presas por crime de tráfico e entende que inexistente justa causa para a sua prisão cautelar.

Alegou que não ficou demonstrado que a soltura do paciente possa ocasionar risco à ordem pública ou à aplicação da lei penal, destacando que uma das vendas de imóvel relacionada na denúncia efetivou-se em 2016, sendo que os fatos começaram a ser investigados em 2020, demonstrando um "descompasso temporal".

Ademais, o impetrante sustenta que "é portador de problema cardíaco (ARRITIMIACARDÍACA) e pertence ao grupo de risco do COVID-19" e que sua esposa está grávida, com previsão de nascimento do filho para a próxima semana.

Interposto HC no Tribunal local foi indeferida a liminar (Fls. 90/92)

Requer, liminarmente, a concessão liminar do pedido, a fim de que seja deferida a prisão domiciliar com monitoramento eletrônico até o julgamento definitivo do writ e, no mérito pugna pela concessão da ordem, com a substituição da prisão por medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque o Relator, quando da análise da liminar fundamentou sua decisão nos seguintes termos:

Em cognição sumária, constata-se dos autos originários (5001251-16.2021.8.24.0057) que a Magistrada a quo, diante de representação da autoridade policial (Evento 3, REL_FINAL_IPL1) e manifestação favorável do órgão do Ministério Público (Evento 12, PROMOÇÃO1), justificou a decretação da prisão preventiva, apontando o preenchimento de seus pressupostos legais, notadamente a existência de prova da materialidade e indícios suficientes da autoria, e a necessidade de salvaguardar ordem pública e a aplicação da lei penal (Evento 14, DESPADEC1). Para tanto, ponderou que a prolongada investigação permitiu a apreensão de 342 kg de drogas, R\$ 708.929,00 (setecentos e oito mil, novecentos e vinte e nove reais), além de material bélico, apetrechos típicos da narcotráfica, diversos veículos (inclusive de luxo), bem como apontou que o paciente teria "a função de auxiliar na camuflagem das quantias recebidas ilicitamente". Destacou, também, a gravidade concreta das condutas e a periculosidade dos envolvidos, que integrariam associação criminosa estruturada destinada à comercialização de entorpecentes, permeada pela tentativa de conferir legalidade aos vultosos valores recebidos. Logo, em cognição sumária, denota-se a existência de fundamentação suficiente para embasar o decreto prisional. Acrescente-se que a redução da acusação, que, quanto ao paciente, acabou concentrada na prática, em tese, dos crimes de associação para o tráfico e lavagem de capitais (Evento 1, DENUNCIA1), influencia na análise da gravidade concreta da conduta prosrita, porém não é determinante. Cabe inicialmente, todavia, ao

Juízo a quo deliberar acerca do aparente arquivamento parcial e da higidez da inicial, como também da persistência da necessidade da prisão preventiva

Ademais, ressalte-se que não veio aos autos sequer a prova de que tenha o Tribunal de origem julgado o *writ* originário, sendo certo que, neste caso, haveria inclusive supressão de instância, nos termos da jurisprudência desse Tribunal, na linha da Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Quanto à alegação de estar o paciente no grupo de risco da Covid-19, de igual sorte, a decisão do Relator traz os fundamentos do indeferimento:

No mais, sem descurar da gravidade da crise sanitária, ainda não transcorreu o prazo de 90 (noventa) dias de encarceramento provisório e não há informações de que o paciente se encontre segregado em estabelecimento prisional inadequado. De mais amais, as medidas previstas na Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça têm aplicação contida aos crimes previstos na Lei n. 9.613/98 (art. 5º-Ada Recomendação n. 62/20, incluído pela Recomendação n. 78/20, ambas do CNJ). Não fosse isso, embora alegue o impetrante ser o paciente portador de doença cardíaca, o pleito de prisão domiciliar, calcado na referida enfermidade, sequer foi submetido ao Juízo da origem. - Fl. 92.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente